

## **TESES DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE 2016 A 2025 SOBRE “ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO”**

Elizete Jankoski Nogatz<sup>1</sup>  
Rosângela Maria de Almeida Netzel<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A partir da perspectiva inclusiva na formação continuada de professores e na formação de pesquisadores, realizou-se levantamento e análise da produção acadêmica brasileira sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Programas de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs), no período de 2016 a 2025. A pesquisa teve como objetivo refletir sobre aspectos da produção de doutorandos de programas brasileiros, no que se relaciona ao AEE, com base bibliográfica e metodologia quali-quantitativa, pautada em referencial teórico da Educação Especial. A busca foi realizada no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em fevereiro de 2026, a partir do termo “Atendimento Educacional Especializado”. Constatou-se a publicação de dois trabalhos defendidos como teses, que abordavam, no título, o termo de busca. A partir dessa identificação, como segundo critério, observaram-se os resumos, verificando quais aspectos eram ressaltados em cada um deles. Diante disso, indica-se como resultado parcial: a) as considerações históricas na construção de uma política nacional de Educação Especial estão presentes nas duas teses, mesmo tendo referenciais diversos, de modo que uma focaliza visão sócio-histórica e, outra, os estudos da neurociência; b) a pesquisa-ação com professores da Educação Básica fez parte das investigações nos dois trabalhos; c) uma das teses considera que os estudos de caso são eficientes para a formação dos professores do AEE, mobilizando conhecimentos teóricos, práticos e documentais, e outra considera que o curso realizado com professores do AEE colaborou para uma ampliação de saberes quanto às contribuições da neurociência na sua formação e atuação. Como continuação da pesquisa, pretende-se investigar se pode ser traçado um diálogo entre esses dois trabalhos, além de ampliar a busca para a consideração de dissertações, em uma abordagem que colabore para a observação de diferentes pontos de vista sobre o AEE a nível nacional.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado. Educação Inclusiva. Pós-Graduação

### **INTRODUÇÃO**

O tema da Educação Especial, que tem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como uma das suas frentes de ações, é um dos mais discutidos no setor educacional da atualidade. Com um número considerável de estudantes com necessidades especiais, o setor público tem buscado compreender e atender as demandas, procurando manter a qualidade de ensino. Nesse contexto, a presente pesquisa, com caráter bibliográfico e natureza qualitativa,

<sup>1</sup> Professora de Ensino Superior, Universidade Estadual do Paraná - Unespar Campus União da Vitória/PR. [elizetenogatz@gmail.com](mailto:elizetenogatz@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora de Ensino Superior, Universidade Estadual do Paraná - Unespar Campus União da Vitória/PR. [rosangela.netzel@unespar.edu.br](mailto:rosangela.netzel@unespar.edu.br).



justifica-se objetivar uma reflexão sobre trabalhos acadêmicos em nível de doutorado, sobre o tema do AEE.

Nesse sentido, as discussões e os resultados da presente pesquisa indicam a relevância de aprofundar reflexões sobre a formação continuada de professores que atuam no AEE, além de apresentar uma síntese acerca do trabalho desenvolvido. Diante disso, justifica-se pela relevância em abordar um tema do cotidiano pedagógico escolar e que vem sendo cada vez mais discutido no cenário teórico contemporâneo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia na qual se pauta a pesquisa exposta neste artigo, é de caráter bibliográfico, com natureza qualitativa, buscando investigar elementos presentes nos resumos das duas teses elencadas como corpus. Dessa forma, como indica o autor Severino (2017, p. 117), “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”.

Enquanto ferramenta de busca, utilizou-se o site Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), rastreando o termo “Atendimento Educacional Especializado”, em meados de fevereiro de 2026, encontrando-se 10 resultados entre teses e dissertações. Porém, foram consideradas, nesta pesquisa, somente as duas teses, por constituírem trabalhos acadêmicos constituintes dos requisitos para a formação de doutores, o mais alto título acadêmico considerado no Brasil e, por isso, as teses podem ser consideradas como trabalhos que trazem maturidade teórica e clareza metodológica.

Para retratar a análise de dados, optou-se, neste estudo, por descrever a primeira tese elencada (Rabelo, 2016) como T1, e a segunda tese como T2 (Borges, 2022). Os dados são expostos e analisados considerando elementos que podem ser vistos como básicos na composição de um resumo de trabalho acadêmico: justificativa e objetivos, referencial teórico, metodologia, resultados, outras considerações.

São abordados esses elementos, pontuando aspectos comuns e especificidades de cada uma das teses. Nesse sentido, são observados aspectos que direcionaram as discussões no âmbito de cada estudo, oferecendo pistas sobre itens importantes para a formação continuada de professores do Atendimento Educacional Especializado.



## REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, desde 1994 têm ocorrido tentativas de estabelecer uma Política Nacional de Educação Especial e, em 2008, ela ganhou uma perspectiva da educação inclusiva (Brasil, 2008), como indica Mantoan (2011), ao defini-la como um marco que trouxe novas concepções à atuação da educação especial nos sistemas de ensino. Assim, a autora pontua que o documento de 2008 superou uma visão de educação especial enquanto elemento substitutivo para os alunos com deficiência, para um caráter de complementaridade à formação dos alunos público-alvo, com o ensino de conteúdos e utilização de recursos de acesso, permanência e participação no ensino regular, com vistas à ampliação de autonomia e de independência dos estudantes. No entanto, reconhece-se que ainda há muito para ser melhorado no campo educacional, com vistas a um olhar realmente inclusivo, de modo que os pressupostos da educação especial buscam provocar mobilizações:

A aprendizagem que nos falta para distinguir a diferenciação para incluir da diferenciação para excluir sobrevém aos encontros com esse Outro, que difere sempre e que não se deixa capturar. Ela é essencialmente ativa e mobilizadora, pois o confronto com a alteridade, quando nos deixa perplexos, constitui o seu momento ideal, impulsionado pela incerteza, pela dúvida, pelo desejo de enfrentar o desconhecido. As incursões da educação especial nos sistemas de ensino promovem essas aprendizagens por aproximações necessárias e inusitadas, nas turmas, nas atividades do cotidiano (Mantoan, 2011).

Segundo a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008), assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, é o objetivo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Para tanto, o documento objetiva, ainda, orientar os sistemas de ensino para a garantia de acesso ao ensino regular, bem como enfatiza a necessidade de que ocorra em concomitância à formação de professores das salas regulares e do atendimento educacional especializado (AEE), a acessibilidade de diferentes naturezas, o incentivo para participação da família e da comunidade, a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas educacionais e, a oferta do AEE.

Cabe salientar que, já no documento de 2008, há previsão do Atendimento Educacional Especializado como complemento ao ensino regular, a ser ofertado em



contraturno. Assim, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas salas de recursos multifuncionais deve atuar como forma principal para complementar o ensino na educação básica (Garcia, 2025) com vistas a ampliar as possibilidades de acesso e aprendizagem do estudante com necessidades especiais.

Nesse mesmo sentido, Silva, Barbosa e Coutinho (2025, p. 04) afirmam que o PEI pode se configurar como um apoio à Educação Especial, “que organiza os recursos pedagógicos e de acessibilidade para os alunos com deficiências obterem uma melhor participação no ensino regular, passando a ser mais uma modalidade da Educação Especial, constituindo mais um recurso central na política de educação inclusiva no país”. Dessa forma, evidencia-se o papel do AEE como elemento fundamental para a promoção da acessibilidade e da participação dos estudantes no ensino regular.

A Sala de Recursos Multifuncional é vista, nesse contexto, como um espaço de garantia de acessibilidade pedagógica, auxiliando na integração e visando à superação da exclusão. Por isso, é necessária uma formação docente que desperte o olhar atento e crítico dos profissionais que atuam junto ao AEE, com objetivo de contemplar a apropriação de conhecimentos que subsidiam a compreensão da realidade social, fugindo dos tecnicismos que atuariam “supostamente valorizando as diferenças, mas limitando o desenvolvimento humano” (Garcia, 2025, p. 8). Dessa forma, destaca-se que a visão inclusiva precisa permear os documentos direcionadores, mas, mais do que isso, balizar a formação docente e se fazer efetiva também nas formas de oferta do AEE e de sua conciliação com o ensino regular.

Comentando a Educação Inclusiva, é possível indicá-la como fenômeno que, segundo Mantoan, Prieto e Arantes (2006, p. 40) é caracterizado como “um novo paradigma”, constituído pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, benefício à escolarização de todos, de forma que se motive ao respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e à proposição de práticas pedagógicas coerentes. Nesse ínterim, enfatiza-se que essa nova realidade, pautada na responsabilidade pelo ensino diante das heterogeneidades, exige reflexões e novas formas de pensar os elementos que se relacionam no ensino.

Como atualização da Política Nacional de Educação Especial, mais recentemente foram publicados dois decretos federais, sendo o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que teve muitas discussões em âmbito nacional, por familiares, professores, deputados e sociedade organizada em geral, após certa repercussão negativa a respeito de alguns de seus artigos, ele foi alterado pelo Decreto nº 12.773, de 08 de dezembro de 2025, que dá um novo olhar a alguns tópicos.



Nesse contexto, o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, em sua versão atualizada, indica formas de materializar aspectos da Educação Especial em sua perspectiva inclusiva, trazendo como principal novidade o fato de que o atendimento pelo AEE que de acordo com o decreto 12.773/2025 no art. 14 § 2º, “A oferta do profissional de apoio escolar será avaliada pelo estudo de caso e independe de resultado de diagnóstico, laudo, relatório ou qualquer documento emitido por profissional de saúde”. Essas mudanças deixam claro que a Educação Especial não pode ser conduzida de forma improvisada; é necessário pensar no coletivo para que, de fato, ocorra um atendimento adequado a todos os estudantes, sem deixar ninguém sem assistência.

As teses analisadas no âmbito deste trabalho são, no entanto, anteriores à emissão desse decreto, de modo que não foram influenciadas pelo que nele é exposto. Diante disso, esse documento é apenas citado, como acontecimento atual da política relacionada à inclusão, mas sem ser parte da análise que aqui se realiza.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do *site* da BDTD, buscaram-se trabalhos realizados nos PPGEs, com filtro que considerasse apenas a última década (2016 a 2025). Assim, entre dissertações e teses, foram encontrados 10 trabalhos com AEE no título (8 dissertações e 2 teses). Para um recorte a ser exposto neste trabalho, consideraram-se somente as duas teses.

Para que a análise pudesse ser realizada, foram estabelecidos alguns pontos a serem observados no resumo de cada uma das duas teses: justificativa e objetivos, referenciais teóricos, metodologias, resultados, outras considerações.

No que se refere ao objetivo, em T1 constituiu-se em analisar o processo de elaboração de casos de ensino, observando possíveis contribuições que ele pode propiciar à aprendizagem e ao desenvolvimento profissional de professoras do AEE, bem como seus limites, considerando a formação continuada de professores em formato virtual. Nesse contexto, o resumo traz a hipótese implícita de que esses casos funcionam como estratégia eficaz para pesquisa e para formação.

Em T2, embora o objetivo esteja implícito, infere-se que foi de enfatizar a importância da formação continuada de professores especialistas em Educação Especial que realizam o Atendimento Educacional Especializado, frente à inclusão educacional dos alunos com deficiências na rede regular de ensino. A partir das afirmações presentes no início do resumo, é possível indicar esse como o objetivo principal da tese. Mais adiante, ainda no resumo, em



meio às descrições metodológicas, há explicitude quanto ao objetivo de analisar possibilidades de curso de formação com construção teórica e ampliação de estratégias pedagógicas com base na Neurociência.

Observa-se que, tanto em T1 como em T2, o objetivo foi de refletir sobre a formação do professor de AEE. Nesse sentido, ambas comungam de pontos de partida comum, guardando singularidades inerentes a cada estudo. Assim, a partir dos elementos teóricos e metodológicos, cada tese foi tomando um formato, com foco em recursos e teorias específicas.

No caso de T1, a parte do resumo que traz o objetivo dá indícios sobre demais aspectos da investigação, ao citar que o referencial estará direcionado aos casos de ensino. Porém, são apenas essas as descrições a respeito do referencial que fundamentará a pesquisa.

Em T2, há uma exposição mais detalhada sobre o referencial que ampara o estudo. Nesse ínterim, indica-se que a justificativa sobre a importância da compreensão de processos cerebrais pautada na Neurociência revela o direcionamento teórico de T2, lançando hipóteses sobre otimização e potencial de desenvolvimento, além de defender, entre outros aspectos, a consciência teórica que tais referentes podem legar aos professores de AEE.

Quanto à metodologia, a partir do resumo de T1, constata-se que a implementação de um programa de formação continuada para professoras do AEE, no âmbito de um projeto do qual elas já faziam parte. Descreve-se que este estudo tem abordagem qualitativa, constituindo-se como pesquisa-ação colaborativa e que a perspectiva sócio histórica direciona o estudo. Como participantes, são indicadas doze professoras de Sala de Recursos Multifuncionais e uma gestora da Educação Especial, de Marabá-PA. São descritos outros detalhes, inclusive de que o curso teve formato a distância, e que sua metodologia foi a produção e a análise de casos de ensino, com temáticas e conteúdos da área de Educação Especial. Desse modo, há uma descrição bastante completa em relação aos passos metodológicos realizados no decorrer da pesquisa.

No trabalho aqui descrito como T2, a metodologia é posta como exploratória e qualitativa, constituindo pesquisa-ação, tendo sido realizada em uma rede municipal de educação do nordeste paulista. Detalha-se, entre outros aspectos, que o estudo incluiu um curso de formação continuada e questionários abertos às doze especialistas em Educação Especial que foram participantes de pesquisa, por atuarem em salas de recursos multifuncionais, professoras do AEE. Além disso, há a ressalva que, em decorrência do período pandêmico, o curso teve momentos formativos no formato síncrono e assíncrono, via ambiente virtual. Mais adiante no resumo, na parte em que inicia-se a descrição dos



resultados, há explicitude sobre o referencial metodológico, referindo-se à análise de conteúdo de Bardin (2004).

Observa-se, até esta parte das considerações que, além do objetivo quanto a reflexões sobre a formação continuada de professores de AEE, outros pontos comuns entre T1 e T2 é que ambas constituíram-se como pesquisa-ação, tiveram doze professoras de AEE como participantes (porém, T1 teve ainda a participação de uma gestora do sistema de ensino) e que, tanto T1 quanto T2 incluíram curso virtual como parte do estudo.

No que tange aos resultados, em T1 indica-se que três eixos temáticos foram compostos a partir dos dados, para análise de:

- a) as contribuições dos espaços coletivos de reflexão em ambiente virtual de aprendizagem sobre práticas de professoras do AEE, b) as contribuições das análises e produções de casos de ensino para a aprendizagem e desenvolvimento profissional das professoras e c) avaliação e validação social do programa de formação baseado no uso de casos de ensino: potenciais e limites para o desenvolvimento profissional de professoras do AEE (Rabelo, 2016, p. 09).

A partir dessas indicações, observa-se que o formato virtual foi um ponto de reflexão, bem como a análise de possível eficácia formativa dos casos de ensino na formação das professoras AEE participantes. A partir desses elementos, no resumo de T1 indica-se que a abordagem de casos de ensino gerou desdobramentos positivos na formação das professoras AEE, por ter demandado conhecimentos teóricos, bem como saberes práticos e o estudo do conteúdos de documentos legais, de modo a se atender a necessidades formativas desse grupo subsidiando atuação qualificada na inclusão escolar. Assim, os resultados de T1 indicam contribuições para a aprendizagem e desenvolvimento profissional de professoras de AEE.

Em T2, indica-se como resultado o fato de que, mediante a análise, as participantes apontaram expansão de conhecimentos na área da neurociência e de suas contribuições para a aprendizagem de alunos com deficiências, no que se refere a estratégias e intervenções. Diante disso, infere-se que foi realizada uma auto-análise por parte das participantes, para que indicassem se ao final do curso consideravam que tinham expandido horizontes no que relacionava o exposto no curso com suas práticas docentes.

Ficam expostas, ainda, ao fim dos dois resumos de teses, outras considerações que podem ser pontuadas neste artigo. Assim, em T1, enfatiza-se que o viés colaborativo da pesquisa é algo a ser ressaltado, por ter propiciado espaço formativo em formato de curso, que mesmo com seus limites, vem a colaborar com as reflexões sobre a Educação Especial.



Já no resumo da T2, ao final, destaca-se que ao longo do curso as participantes expandiram reflexões sobre a Neurociência, no que diz respeito ao desenvolvimento de pilares desse arcabouço teórico, em especial sobre o desenvolvimento das funções executivas e quanto à modificação neurobiológica que ocorre na aprendizagem.

Diante das considerações aqui tecidas, observa-se que, embora os objetivos e os caminhos metodológicos das duas pesquisas de tese aqui descritas tenham pontos comuns, o referencial teórico de cada uma leva a diferentes considerações sobre os aspectos da formação de professores para a atuação no AEE. No que diz respeito à relação entre as teorias e os resultados desta análise, sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas salas de recursos multifuncionais, as duas teses apontam uma atuação que complemente, e não que tente substituir, o ensino regular na educação básica, necessidade também indicada por Garcia (2025), e que venha a ampliar a garantia de acessibilidade no aspecto pedagógico. Dessa forma, as duas teses buscaram, cada uma a seu modo, despertar o olhar crítico dos profissionais de AEE, primando por uma visão inclusiva na formação docente para a oferta do AEE. Desse modo, enquanto T1 destaca reflexões sobre os casos de ensino como forma de aprimoramento para essa formação, T2 dá ênfase a um estudo teórico aprofundado sobre os aspectos neurocientíficos que podem subsidiar práticas da Educação Especial.

Considerando o que aponta Mantoan (2011) sobre a importância do ensino regular que considere conteúdos e utilização de recursos de acesso, permanência e participação e vise à ampliação de autonomia e de independência dos estudantes, ambas as teses trazem esse teor. E, é pertinente apontar que os dois estudos não são excludentes, de modo que seria possível abordar aspectos de ambos em futuras ações formativas de professores de AEE. Assim, embora haja necessidade de que suas especificidades sejam ressaltadas, bem como as iniciativas dos pesquisadores e os desdobramentos gerados em cada estudo, é possível indicar que as duas teses figuram como importantes pontos para reflexões quanto aos saberes que podem subsidiar uma prática consciente e intencional dos professores que atuam junto a estudantes com necessidades especiais, de modo a contribuírem com a efetiva inclusão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das duas teses aqui elencadas e analisadas sob a perspectiva da educação inclusiva na formação continuada de professores e na formação de pesquisadores sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em Programas de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs), no período de 2016 a 2025, observa-se similaridade referente



aos trabalhos realizados com os docentes que atuam nesta área. Contudo, ressalta-se que as considerações apresentadas constituem interpretações decorrentes das análises dos resultados.

Neste contexto, alguns apontamentos sobre o AEE devem ser levados em conta, como a necessidade de investimentos, políticas públicas, formação continuada entre os aspectos. Além disso, a pesquisa e prospecção da sua aplicação podem ampliar as reflexões sobre a temática com novos conhecimentos para a comunidade científica e a prática pedagógica dos professores.

Destaca que as teses analisadas contribuem para o fortalecimento das discussões acerca da formação continuada de professores que atuam no AEE, ao evidenciar diferentes possibilidades teóricas e metodológicas para a qualificação da prática docente no contexto da educação inclusiva. Ainda que apresentem especificidades em seus referenciais e enfoques formativos, as pesquisas tendem a apontar a importância de processos formativos que articulem reflexão teórica, análise da prática e ampliação de estratégias pedagógicas voltadas ao atendimento das necessidades educacionais dos estudantes públicos da Educação Especial.

Nesse sentido, considera-se a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas para ampliar essas discussões, contemplando outros contextos formativos, diferentes abordagens teóricas de modo a aprofundar a compreensão sobre a AEE como um suporte pedagógico às necessidades individuais de cada estudante e suas contribuições para a efetivação da educação inclusiva brasileira.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm). Acesso em: 02 mar. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. **Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/D12773.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12773.htm#art1). Acesso em: 02 mar. 2026.



BORGES, A. A. S. **A neurociência aplicada à educação especial: em foco a formação dos professores do atendimento educacional especializado.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/8101f30b-986a-43ff-9669-6e6d8c46d2fb>. Acesso em 02 mar. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARCIA, M. R. C. Educação Inclusiva como consenso político nas disputas do campo da Educação Especial. *In: Dossiê Políticas De Educação Especial: Conjuntura, Tensões E Disputas.* Campinas - SP: **Cadernos Cedes**, 2025. Disponível em: <https://share.google/5xSf7Jyw2U78I4qnk>. Acesso em: 03 dez. de 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, M. T. E. Diferenciar para incluir: a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. *In: Diversa: educação inclusiva na prática*, 2011. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/diferenciar-para-incluir-a-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 03 dez. 2025.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (Orgs.) **Inclusão escolar.** São Paulo: Summus, 2006.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva.** 2 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

RABELO, L. C. C. **Casos de ensino na formação continuada à distância de professores do atendimento educacional especializado.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/51a27169-d3bc-4bda-bcbe-5a5eaf508d87>. Acesso em 02 mar. 2026.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, J. de A.; BARBOZA, N. A. S.; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 3, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18347>. Acesso em: 23 mar. 2026.

VIGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. *In: Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011. p. 863-869. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/x987G8H9nDCcvTYQWfsn4kN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2026.

